

Acontece

Mercado aquecido

O ano de 2014 começou com o recrutamento ativo de pessoas com deficiência. “Somente no mês de janeiro, o Instituto Pró-Cidadania (IPC) registrou a contratação de 180 profissionais com deficiência para diversos segmentos e funções”, compartilha **Josenildo Araújo**, do departamento de Recursos Humanos do IPC.



Outras 300 vagas continuam abertas para a área de hotelaria, comércio varejista e administração de empresas. Há ofertas de trabalho para Acre, Mato Grosso, Alagoas, Paraná (Curitiba), Rio Grande do Sul (Porto Alegre) e Minas Gerais (Belo Horizonte), além de São Paulo (Grande São Paulo).

Os currículos podem ser enviados para **sandra@ipcpe.org.br**. “Fazemos a triagem e seleção dos candidatos conforme os perfis definidos pela empresa contratante”, explica Josenildo.

Professores no papel de alunos

Aproximadamente 40 professores de ensino fundamental e médio da Escola Estadual Maria Paula, no município paulista de Piedade, participaram no início de março de um treinamento vivencial de 14 horas ministrado pelo IPC, com a finalidade de preparo para o atendimento, em sala de aula, aos alunos com deficiência hoje já matriculados na instituição. “Isso é de extrema importância e necessidade para nós, professores”, reforça Lenita Tardelli Alexandrini, diretora da escola.



Além de conteúdo teórico, foram feitas diversas simulações em que os próprios participantes, no papel de pessoas com deficiência, vivenciaram situações reais da dificuldade de acessibilidade dentro da escola e interação e aprendizagem em classe e no relacionamento com

professores e colegas. Na opinião de Ivan César Ribeiro Machado, professor, “o mais importante está na elucidação das questões primárias em relação aos que possuem deficiência aparente. Atender e preparar as pessoas para valorizar as qualidades que poderão ser utilizadas, no mercado de trabalho e na vida, precisa ser o foco primordial”.

Gente preparada

Março foi mês de início e conclusão de turmas de capacitação pelo IPC. No começo do mês, a 10ª turma da Skanska foi formada com 36 pessoas. Já no fim do trimestre, houve a festa de encerramento da 6ª turma, que capacitou 14 treinandos.



IPC prepara funcionários e gestores na empresa para receberem profissionais com deficiência.

Fique ligado

Estatuto da Pessoa com Deficiência permanece em discussão

O projeto é antigo. Desde 2006, tramita no Legislativo nacional a criação de um Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por meio do Projeto de Lei nº 7.699, daquele mesmo ano, de autoria do então deputado Paulo Paim e sob relatoria da deputada Mara Gabrilli, foi instituído o Estatuto, que até hoje aguarda votação na Câmara dos Deputados e no Senado.

Nesse meio tempo, foi ratificada, em 2008, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas. Era preciso fazer uma releitura do Estatuto proposto, com olhos na convenção internacional. Essa responsabilidade ficou a cargo de um grupo técnico de trabalho, criado por uma Portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em

2012 e formado por juristas, parlamentares e membros do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e da própria Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O resultado foi um projeto de lei substitutivo ao original e entregue para a presidência das duas instâncias do Congresso Nacional em junho de 2013.

De lá para cá, o texto também não encontrou consenso junto à sociedade civil. Para dar mais voz à sociedade em geral e a representantes de entidades ligadas a pessoas com deficiência, aconteceu, na segunda quinzena de fevereiro, uma audiência pública promovida pelo Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência (CEAPcD, em São Paulo, com a presença de

autoridades e deputados ligados a essa pauta.

O debate levantou temas como o transporte e a possibilidade de unificação das carteiras de transporte; a restrição de isenção de impostos na compra de carros e utilitários, destinada apenas à pessoa com deficiência física e visual, expondo-se a necessidade de se expandir para todas as deficiências; além da possível mudança do nome do documento para Lei Brasileira da Inclusão.

Após a audiência, os conselheiros do CEAPcD elaboraram um documento contendo as sugestões propostas para subsidiar o projeto de lei, ainda a ser votado no Congresso Nacional.

Fontes: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SP).



Leitura psicossocial é importante para caracterizar deficiências



José Carlos do Carmo

Na edição 11, o IPC conversou com José Carlos do Carmo, auditor fiscal do trabalho e coordenador do Projeto de Inclusão da Pessoa com Deficiência da Superintendência Regional de São Paulo, órgão pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a promessa de trazer a segunda parte da entrevista, publicada a seguir:

Ao lado da fiscalização do setor empresarial para o cumprimento da Lei de Cotas e das mesas de entendimentos promovidas pelo Ministério quando ainda existem metas da legislação a cumprir, “também temos o papel de convencer

peças com deficiência a ingressarem no mercado, pois muitas delas ainda preferem se amparar apenas nos benefícios de assistência social garantidos por lei”, complementa José Carlos.

Pela perspectiva das empresas, a alegação é que o aparato legal também gera dúvidas com relação à caracterização das pessoas com deficiência. “a legislação ordinária classifica as deficiências em: física, intelectual, sensorial e múltipla”, explica José Carlos, “mas é uma visão apenas biomédica, já ultrapassada diante da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que traz um olhar mais

abrangente e contextualizado socialmente”, ele contrapõe. “A legislação nacional ainda se baseia na Classificação Internacional de Doenças (CID), já a internacional usa a Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF)”, ele explica.

Ambas as classificações são estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e se complementam, mas a CID avalia as condições de saúde do indivíduo e a CIF, de caráter multidisciplinar, faz uma leitura psicossocial, tornando-se um instrumento importante para análise das condições de vida e para a promoção de políticas de inclusão social.

“Com isso, o Ministério precisa ter uma visão ampliada. E os laudos médicos devem ser bem-feitos para a devida caracterização da deficiência”, ele conclui.

Quem faz história

Do posto de gasolina ao ambiente empresarial

Na vida de Vera Almeida, 45 anos, paraplégica desde os 16 em função de um acidente automobilístico, a inclusão no mercado de trabalho em ambiente corporativo foi tardia, mas já lhe rendeu bons frutos.



Vera Almeida

Há sete anos numa multinacional do setor agrícola depois de passar por um curso de capacitação no Instituto Pró-Cidadania (IPC) quando ainda estava desempregada, Vera hoje é responsável por toda a produção gráfica das embalagens dos produtos da empresa onde trabalha. O caminho até aí exigiu dela força de vontade, dedicação e estudo. “Entre na Cargill como apoio administrativo da área de Suprimentos. Na época eu tinha apenas o 2º grau, concluído a duras penas um bom tempo após meu acidente”, ela relembra.

O diploma universitário em Gestão Financeira e sua primeira promoção vieram com o incentivo de um ex-chefe, “que me deu muita força ao propor tarefas que exigiam de mim curiosidade e esforço de aprender”, orgulha-se. “E pensar que antes disso minha vivência profissional tinha sido num posto de gasolina, onde durante oito anos fiz um pouco de tudo: de atendente da loja de conveniência a frentista. Trocava até óleo de carro”, conta Vera.

A prática do basquete e da esgrima em cadeira de rodas por oito anos exercitaram em Vera a disciplina e foco, que ela ainda mantém para marcar pontos na sua carreira.



Música e cidadania em uma só voz

EVENTO BENEFICENTE

APRESENTADO POR:



15 ~ 16 de Agosto

Circulo Militar
Rua Abílio Soares, 1589
Ibirapuera - São Paulo



www.elvistheconcert.com.br

Compre já o seu ingresso pela internet, com parcelamento no cartão de crédito.

IPC em Ação

Esta publicação é produzida pelo Instituto Pró-Cidadania e dirigida a seus clientes e parceiros. Periodicidade: bimestral. Projeto editorial e redação: Caractere Comunicação - Fabiana Colturato Aidar. Projeto e design de conteúdo: Aqualithy78. Fotos: arquivo IPC. Envie seus comentários ou sugestões para comunicacao@institutoprocidadania.org.br

Conheça mais sobre o IPC pelo www.institutoprocidadania.org.br

Se você também quiser contribuir com o IPC, peça a Nota Fiscal Paulista com o nosso CNPJ 05.393.910/0001-03